

ANÁLISE DO LOCALISMO A PARTIR DAS TENTATIVAS DE EMANCIPAÇÃO DISTRITAL NO MUNICÍPIO DE JACOBINA, BA

ANALYSIS FROM LOCALISM AND THE ATTEMPTS OF EMANCIPATION DISTRICT IN MUNICIPALITY OF JACOBINA, BA

ANTONIO ANGELO MARTINS DA FONSECAⁱ, LEANDRO LOPES FIÚZA SANTOSⁱⁱ &
LARA MORAES BOROWSKIⁱⁱⁱ

Universidade Federal da Bahia

ⁱaangelofonseca@uol.com.br, ⁱⁱlopesfiuza@hotmail.com, ⁱⁱⁱlaramoraes.b@gmail.com

RESUMO. Caracterizado como um movimento e/ou conjunto de decisões e ações político, econômico e institucional que ocorrem na escala do município, o localismo é um fenômeno antigo no Brasil e a sua gênese está diretamente atrelada ao processo de apropriação e uso do território desde o período colonial. Atualmente estamos assistindo no Brasil a sua emergência e expansão apesar do discurso de homogeneidade e do fim das diferenças que passaram a ser veiculados pela mídia e por setores políticos e acadêmicos. Entre as diversas manifestações localistas ressaltamos aqui por novos modelos de gestão do território, iniciativas locais de combate ao desemprego, conflitos territoriais envolvendo os limites municipais, estratégias de atração de empresas e competição entre os lugares, organização e mobilização da sociedade em torno de questões ambientais, educacionais, culturais; criação e atuação de variados conselhos municipais; ampliação de consórcios intermunicipais; criação da agenda 21 local; marcha de prefeitos em defesa dos municípios; criação de novos planos diretores e divisão/criação de novos municípios. Em se tratando do localismo relacionado à criação de novos municípios, a pesquisa que pretendemos apresentar se concentrou na investigação das variadas motivações e nos contextos sociais, políticos, institucionais e históricos relacionados à escala local, estadual e federal, para explicar as mobilizações locais objetivando a emancipação dos distritos de Caatinga do Moura, Junco, Lajes do Batata e Paraíso. Os resultados finais apontaram que estes distritos pertencentes ao município de Jacobina/Bahia estão mobilizados desde a década de 1980 para se emanciparem, contudo em virtude da ingerência política do governo estadual e das inovações institucionais mais restritivas a partir da década de 1990, estes distritos terão muitas dificuldades para se transformarem em municípios, sobretudo porque não conseguem atender aos novos requisitos estabelecidos por lei.

PALAVRAS-CHAVE. LOCALISMOS, MUNICÍPIOS, GESTÃO DO TERRITÓRIO.

ABSTRACT. Characterized as a movement and / or set of decisions and political, economic and institutional actions that occur at the municipal scale, localism is an old phenomenon in Brazil and its genesis is directly linked to the ownership and use of the planning process from the period colonial. Currently we are watching in Brazil its emergence and expansion despite the discourse of homogeneity and order of the differences that have come to be conveyed by the media and by politicians and academic sectors. Among the various manifestations localist emphasize here for new models of land management, local initiatives to combat unemployment, territorial disputes involving municipal boundaries, strategies to attract companies and competition between places, organization and mobilization of society around environmental issues , educational, cultural; creation and performance of various municipal councils; expansion of municipal consortia; creation of local agenda 21; march in defense of mayors of municipalities; creation of new master plans and division / creation of new municipalities. In the case of localism related to the creation of new municipalities, the research that we intend to present focused on the varied motivations and social, political, institutional and historical contexts related to local, state and federal level, to explain local mobilizations aimed at emancipation of the districts of Caatinga do Moura, Junco, Lajes do Batata and Paraíso. The final results showed that these districts belonging to the city of Jacobina / Bahia are mobilized from the 1980s to emancipate themselves, but because of political interference from the state government and more restrictive institutional innovations from the 1990s, these districts have many difficulties to transform into municipalities, largely because they can not meet the new requirements established by law.

KEYWORDS. LOCALISM, MUNICIPALITIES, TERRITORY MANAGEMENT.

INTRODUÇÃO

O processo de divisão do território em unidades políticas não é algo recente, constitui um mecanismo de administração territorial inerente aos variados Estados, que visa entre outras questões possibilitar um maior controle sobre um determinado território político, tanto no âmbito interno como no âmbito externo das relações entre Estados a partir do estabelecimento de suas respectivas fronteiras, e sendo assim, da sua soberania. O Estado brasileiro não foge a regra e, dada a sua dimensão territorial, parece natural que o país comporte em seu interior diversos mecanismos de divisão do território com vistas a bem geri-lo. No entanto, esse processo aparentemente natural está inserido em um complexo jogo social onde variáveis econômicas, políticas e institucionais alcançam papel significativo na divisão do território. No caso específico desse trabalho, a escala territorial de análise constitui o município brasileiro, que na condição de ente da federação – advento proporcionado institucionalmente através da constituição federal de 1988 – alcançou níveis significativos de poder no interior da estrutura político-administrativa do país, com reflexos variados nas dinâmicas territoriais, entre elas, potencializou o aumento das emancipações distritais a condição de novos municípios. Colocadas essas premissas, o presente trabalho objetiva entender as condições territoriais de quatro localidades que reivindicam emancipação político-administrativa do município de Jacobina/Ba, este por sua vez, constitui um dos municípios com maiores números de pedidos emancipatórios na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

O MUNICÍPIO BRASILEIRO HOJE: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A EMERGÊNCIA DOS LOCALISMOS

O município enquanto estratégia de organização político-administrativa e territorial constitui uma antiga instituição, do seu surgimento até os dias atuais o município brasileiro tem passado por alterações significativas no que concerne a sua função e importância dentro da engenharia político-administrativa do país. Constitui nosso objetivo neste trabalho entender como mudanças institucionais, tomando a constituição de 1988 como marco fundamental, têm alterado as lógicas localistas no Brasil, haja vista que com a referida constituição, “o município assumiu um protagonismo jamais adquirido no contexto da organização político-administrativa e territorial do Estado.” (FONSECA, 2005a, p. 107).

Descentralização, esse é sem sombra de dúvida um termo útil àqueles que pretendem discutir questões referentes à constituição federal de 1988. No que tange aos municípios proporcionou autonomia política, administrativa e financeira, todas com graus diferenciados de determinação no conteúdo territorial. Eleição direta para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, arrecadação de tributos¹ de sua própria competência, organização de serviços públicos como limpeza urbana, transporte coletivo entre outras questões constituem algumas das características que retornaram a responsabilidade do município de forma menos restritiva em relação à constituição anterior de 1967 e a emenda constitucional de 1969. Dessa forma com a atual constituição o município

1 “A descentralização fiscal constituiu um fato marcante no Brasil nesse período, como aponta Affonso (2000, p.23), “ocorreu uma expressiva descentralização de recursos fiscais da União para as esferas subnacionais de governo, tanto em termos de arrecadação própria, quanto de receita disponível, principalmente para os municípios. Os Estados obtiveram seus ganhos fiscais basicamente ao longo da luta pela redemocratização (eleições diretas para presidente, constituinte, anistia), nos anos oitenta, enquanto os municípios alcançaram uma maior parcela de sua receita com a constituição de 1988.”

passou a ser um componente do sistema federalista brasileiro sob uma dinâmica tridimensional: União, Estados e Municípios. A escala municipal ganhou assim status de autogoverno, com atuação autônoma em relação aos variados assuntos pertinentes a vida social, onde a partir de relações mais ou menos intensas com os outros entes federados passou, através de seus agentes políticos, a estabelecer vantagens locais de ação e desenvolvimento territorial de forma mais significativa, como afirma Krell (1995, p. 7):

Ao lado da União e dos estados, os municípios brasileiros, dentro dos seus territórios, são detentores de legítimo poder estatal. A sua autonomia é de natureza administrativa tão bem como política. O seu peculiar interesse local e a eletividade da administração local são os dois princípios que formam a base sobre a qual se ergue a estrutura municipal brasileira.

Diante desse contexto as escalas territoriais de intervenção política do Estado podem ser compreendidas em geral da seguinte forma:

A escala municipal deve ser significativa de uma perspectiva de demandas localistas, nas quais os vínculos interpessoais são mais fortes e a visibilidade dos problemas locais é maior. A escala estadual corresponde às relações políticas federativas, sendo este nível de poder o mediador entre as demandas particulares e o conjunto do território da unidade federada. A escala nacional, por sua vez, é significativa da direção que é dada à sociedade e ao território da nação em conjunto. (CASTRO, 1996, p. 38)

Exposto essas questões, a escala municipal torna-se significativa na apreensão de diferenciados fenômenos dado as amplas funções que o município brasileiro comporta atualmente, o que entre outras questões têm favorecido a ação de localismos, entendido aqui como iniciativas que entre outras ações tem buscado o desenvolvimento sócio-econômico a partir da valorização do local, nessa perspectiva o território político ganha visibilidade e o município constitui assim uma escala primordial de análise (FONSECA, 2005b).

É com base no entrelaçamento das questões sociais, econômicas e políticas que emerge o movimento de emancipação de distritos a condição de municípios. É nessa perspectiva que tomamos Caatinga do Moura, Junco, Lajes do Batata e Paraíso com objetos de análise para compreender as tentativas de emancipação do município de Jacobina/Ba.

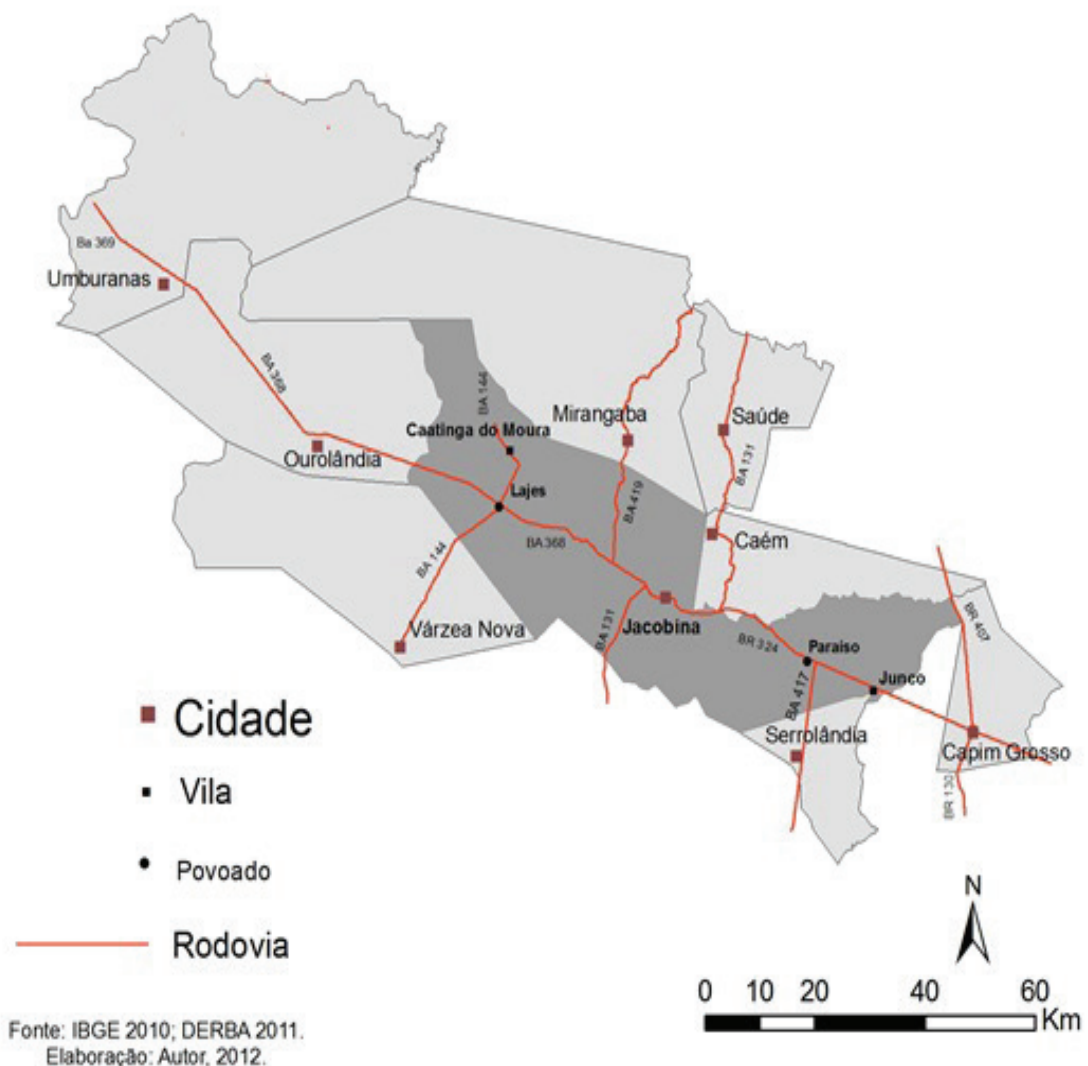
AS CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS DOS DISTRITOS DE CAATINGA DO MOURA, LAJES DO BATATA, JUNCO E PARAÍSO

No Brasil o território municipal é subdividido em distritos, vilas e povoados. Os distritos são as unidades administrativas do município e são definidas de acordo com lei orgânica municipal, as vilas são as sedes dos distritos secundários, são localidades que recebem o mesmo nome do distrito ao qual pertencem e onde localiza-se a autoridade distrital, já os povoados são definidos de acordo com lei complementar.

Diante dessas particularidades legais o município de Jacobina possui cinco distritos, são eles: Jacobina (sede), Caatinga do Moura, Itaitu, Itapeipu e Junco, esses quatro últimos na condição de distritos secundários. No concernente a Lajes do Batata este constitui um povoado pertencente ao

distrito de Caatinga do Moura. Paraíso por sua vez está classificado enquanto povoado pertencente a Itapeipu. De forma geral, com vistas a diferenciar os conflitos e as tentativas de emancipações como um processo resultante da lógica de atuação do Estado no território, essa classificação que distingue vilas e povoados não se apresenta como essencial, no entanto, para compreender as características e particularidades territoriais dessas localidades, como veremos, essa distinção mostra-se relevante.

O município de Jacobina localiza-se na região noroeste do Estado da Bahia, mais precisamente no extremo norte da chapada diamantina, está inserido, de acordo com a atual regionalização administrativa do estado no Território de Identidade Piemonte da Diamantina. Lajes do Batata, Caatinga do Moura, Paraíso e Junco estão localizados respectivamente a uma distância aproximada de 40, 45, 48 e 49km da cidade de Jacobina – distrito sede – . Como pode-se observar na figura 1, a principal via de acesso a Junco e Paraíso é a BR-324 nas proximidades do trecho localizado entre os municípios de Capim Grosso e a entrada para o município de Serrolândia. A BA-368 constitui a principal rodovia de acesso a Lajes do Batata enquanto que a BA-144 – que faz entroncamento com a BA-368 – apresenta-se como a principal rodovia de acesso em direção a Caatinga do Moura.



De forma geral as quatro áreas que reivindicam emancipação possuem características semelhantes no que tange os processos e conteúdos existentes no modo de vida presente em seus limites. As dimensões econômicas, políticas e culturais que expressam-se no território possuem maior ou menor relevância de acordo com as espacialidades e temporalidades observadas. Para o estudo de caso aqui apresentado são as dinâmicas econômicas as que parecem centrais para se compreender as atuais características territoriais dessas localidades.

Dando continuidade a caracterização territorial, um atributo significativo refere-se ao quantitativo demográfico presente nos limites territoriais das vilas e povoados que reivindicam emancipação política de Jacobina. As populações das respectivas localidades não ultrapassavam 9.000 habitantes para o ano de 2010 (IBGE, 2011), como pode ser observado na tabela 1. Se tomarmos em nível de comparação somente os municípios pertencentes ao território de identidade piemonte da diamantina, esses possíveis ‘novos’ municípios seriam os de menor população no momento da sua instalação já que Caem (10.376), Mirangaba (16.279), Ourolândia (16.425), Capim Grosso (26.529), Saúde (11.847), Serrolândia (12.347), Umburanas (17.010), Várzea Nova (13.127), possuíam todos eles para o ano de 2010 (IBGE, 2011) populações maiores que 10.000 habitantes.

TABELA 1 – População residente nos distritos que reivindicam emancipação.

LOCALIDADE	ANO	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL
Caatinga do Moura.	2010	8.135	2.891	5.244
Itapeipu	2010	7.790	231	7.559
Junco	2010	7.100	4.605	2.495

Fonte: IBGE (2011), Censo Demográfico 2010.

Em relação ao setor de serviços presente nessas áreas, estes atendem as demandas básicas locais. Estabelecimentos de materiais de construção, farmácias, lanchonetes e mercadinhos dão à tônica comum na paisagem e localizam-se predominantemente ao redor das praças, estas por sua vez constituem o lugar do encontro máximo dos cidadãos no espaço público.

A medida que distancia-se do núcleo onde a densidade técnica dos serviços é maior percebe-se uma predominância de atividades ligadas ao setor primário da economia, a presença de famílias diretamente envolvidas com atividades relacionadas ao campo como as culturas do sisal e da mandioca tornam-se comum, no entanto, a seca histórica que tem atingido a região não propiciou um cultivo efetivo, dificultando assim a permanência sustentável da população nessas localidades.

As habitações existentes nesses locais distribuem-se de forma heterogênea com construções que variam entre baixo e médio padrão construtivo onde as alvenarias mostram-se predominantes, no entanto ainda é possível encontrar moradias estruturadas em taipa. As ruas em geral não apresentavam até o período desse estudo calçamento em sua totalidade e no que tange as vias de circulação a pavimentação predominante era o paralelepípedo, a semelhança das várias cidades existentes no entorno da região. Além disso, no que se refere a presença de esgotamento sanitário, este não alcançava a maioria das residências das localidades, constituindo assim um problema de ordem social significativo.

Quanto aos aspectos econômicos pode-se afirmar que a população inserida no mercado formal de trabalho dessas localidades está empregada em sua maioria no comércio local e no setor primário da economia. É comum também o deslocamento dessa população para a cidade de Jacobina (distrito sede) e/ou outras cidades do entorno em virtude da baixa oferta de empregos locais, o que constitui assim uma migração pendular marcante. Esta realiza-se, sobretudo através de transporte intermunicipal particular e não raro a partir de transportes escolares.

A tabela 2 nos dá um panorama geral de como distribui-se a população no mercado formal de trabalho no município de Jacobina/Ba, esses dados nos permitem fazer algumas inferências sobre essa situação nas vilas e povoados aqui estudados.

TABELA 2 – Pessoal ocupado no mercado formal de trabalho, por setor de atividade econômica no município de Jacobina, no estado da Bahia 2006-2009.

SETOR DE ATIVIDADE	2006	2007	2008	2009
Extrativa mineral	751	963	889	898
Indústria de transformação	608	678	695	798
Serviços industriais de utilidade pública	25	24	28	32
Construção civil.	116	507	405	356
Comércio.	1.934	2.036	2.260	2.387
Serviços.	1.085	1.316	1.298	1.361
Administração pública.	1.658	1.983	1.827	2.099
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca.	95	100	115	127

Fonte: SEI, 2011.

De acordo com os dados percebe-se que há um predomínio de trabalhadores alocados nos setores do comércio, serviços e administração pública. O fato de a administração pública empregar um efetivo de pessoal muito próximo do existente no comércio demonstra que este último ainda que tenha uma significativa relevância para a formação do Produto Interno Bruto do município (PIB) – tabela 3 – não emprega uma numerosa mão de obra. Devemos considerar ainda o peso que o distrito sede enquanto centralidade possui nesses dados, dessa forma, podemos inferir que as dinâmicas econômicas existentes nos distritos secundários, vilas e povoados são menos significativas no âmbito geral do município de Jacobina.

No que se refere a atividade extrativa mineral e a indústria de transformação muito marcante em Jacobina e que ainda hoje contribui significativamente para a composição do PIB no município, percebe-se que constitui uma atividade econômica que emprega pouca mão de obra se comparada como outros setores já mencionados. Mais uma vez a sede reivindica sua posição de centralidade cabendo aos distritos secundários em uma divisão intramunicipal do trabalho dedicarem-se a atividades ligadas ao setor primário da economia, que como se vê emprega pouca mão de obra e tem um peso menos significativo na composição do PIB do município.

TABELA 3 - Valor Adicionado, PIB a preços correntes no município de Jacobina, no estado da Bahia – 2005-2008

VALOR ADICIONADO (R\$ MILHÕES)			PIB (R\$ MILHÕES)	ANO
Agropecuária	Indústria	Serviços	613.456.095	2010
29.168.423	163.495.167	374.620.727		

Fonte: SEI, 2011.

Na esteira dessas questões é oportuno apresentar também a situação do programa bolsa família nesse município haja vista que o maior ou menor aporte desse recurso indica juntamente com outros fatores sob quais dinâmicas econômicas e sociais esses espaços estão inseridos. Nota-se assim com base na tabela 4 que o município de Jacobina/Ba apresenta uma alta demanda de famílias cadastradas a receberem esse benefício, demonstrando a elevada carência sócio-econômica presente nessa área.

TABELA 4 - Situação do Programa Bolsa Família no município de Jacobina, no estado da Bahia – 2010/2011.

DADOS GERAIS	QUANTIDADE	PERÍODO
População total do município	79.285	2010
Total de famílias cadastradas	16.776	04/2011
Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	10.691	05/2011

Fonte: SEI, 2011.

As questões aqui colocadas nos permitem dimensionar as características territoriais presentes nas localidades que reivindicam emancipação. Em geral constituem áreas de fraco dinamismo, seja no aspecto econômico ou em qualquer outra esfera da reprodução social, estando amparadas prioritariamente no setor primário da economia. O setor de serviços assim como a densidade técnica existente atende as demandas da população local e o grau de satisfação varia de acordo com as espacialidades observadas. Nessa perspectiva as vilas de Caatinga do Moura e Junco apresentam um grau mais diversificado de serviços e uma estrutura territorial um pouco mais desenvolvida.

AS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

Nos últimos anos vários autores como Bremaeker (1993), Noronha (1997), Cigolini (2001) e Oliveira (2009) debruçaram-se na tentativa de entender as motivações que impulsionam os pedidos de emancipação de distritos a condição de municípios. Em geral, os mesmos concordam que a emancipação nunca emerge a partir de um único fator – embora um ou outro possa ser mais preponderante –, mas sim de múltiplas razões – políticas, econômicas e sociais – que juntas contribuem para a emergência dos pedidos de emancipação.

Bremaeker (1993) objetivando entender esse processo pautou-se, sobretudo nas motivações apontadas por prefeitos dos novos municípios em 1992, de diversos locais do Brasil, a partir de questionários abertos. A principal motivação apontada pelos representantes do executivo municipal referiu-se ao descaso por parte da administração do município de origem em relação aos distritos

secundários. Em segundo lugar a existência de significativa atividade econômica local. Como se verá adiante, essas duas motivações conjugam-se com pesquisas realizadas por outros autores, as particularidades aqui ficam por conta de duas motivações que não foram encontradas nas outras pesquisas por nós aqui salientadas, são elas: grande extensão territorial do município de origem e aumento da população local.

Para Rudolf de Noronha (1997), em estudo realizado a partir de 17 municípios emancipados no estado do Rio de Janeiro entre 1985 e 1993, os fatores administrativos são aqueles que teoricamente estariam por detrás de todo o processo. No entanto, seriam as motivações econômicas – dinâmicas ou por estagnação – as que realmente impulsionariam os processos emancipatórios. Para o autor:

Há sempre motivações políticas, que são inerentes ao jogo de poder que regula o processo de emancipação. As motivações administrativas são sempre alegadas como o principal anseio da comunidade, pois são a melhor maneira de mobilizá-la, mas são as motivações econômicas, dinâmicas ou por estagnação, que realmente impulsionam o movimento, são estas as principais estratégias por trás da emancipação (NORONHA, 1997, p.69).

As motivações econômicas dinâmicas seriam aquelas em que os distritos consideram possuir desenvolvimento econômico suficiente para se autosustentar (NORONHA, 1997). No segundo caso, as motivações por estagnação seriam aquelas “típicas de distritos economicamente estagnados ou deprimidos que vêem na criação de um governo local a chance de dinamizar a economia da área” (NORONHA, 1997, p.69).

Cigolini (2001) em estudo no estado do Paraná pesquisou junto a assembléia legislativa as motivações existentes em 22 novos municípios emancipados na década de 1990 a partir das justificativas existentes nos seus respectivos projetos de lei. Na maioria deles (59%) a causa principal apontada refere-se a existência de condições econômicas favoráveis. Para o restante, as motivações restringiam-se na alegação de que os distritos cumpriram as condições legais necessárias para emancipação.

Oliveira (2009) por sua vez, ao pesquisar as motivações que levaram antigos distritos pertencentes ao município de Riachão de Jacuípe/Ba a emanciparem-se nos anos de 1962, 1985 e 1989, constatou através de entrevistas com lideranças locais dos ‘novos’ municípios a predominância de justificativas relacionadas ao descaso da administração municipal. De acordo com a autora

os entrevistados consideraram a falta de assistência um descaso para com a população dos distritos e, por sua vez, buscaram através da emancipação, reverter a situação na esperança de melhorar as condições de vida local. (OLIVEIRA, 2009, p.74)

Por fim, Fonseca, Silva e Vieira (2010, p.134), em estudo dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, apontam as denominadas motivações geográficas, de acordo com os mesmos “[...] envolve aspectos relacionados à localização, à concentração de recursos e a acessibilidade, tais como a distância entre o distrito e a sede e, conseqüentemente, a dificuldade de bens e serviços.”

Com base nesses estudos, percebe-se que as condições nas quais estão fundamentadas o desenvolvimento territorial dessas localidades mostram-se como fator preponderante para a compreensão das tentativas de emancipação que emergem nesses núcleos.

No estudo de caso aqui apresentando, as localidades de Caatinga do Moura, Junco, Lajes do Batata e Paraíso reivindicam emancipação do município de Jacobina acreditando ser possível a partir dessa nova condição, de municípios, alcançarem melhores níveis de desenvolvimento em seus variados aspectos. Através da aplicação de entrevista semi-estruturadas e conversas informais com lideranças locais, assim como a partir de visitas de campo podemos afirmar que as motivações emergem como fruto de uma tentativa de se alcançar um panorama de melhorias que estariam atreladas a instalação de toda estrutura administrativa concernente a um novo município, assim como na crença de que a condição de sede municipal proporcionaria maior conhecimento por parte dos políticos locais das demandas da comunidade em relação a oferta de serviços, infra-estruturas básicas, geração de empregos, apoio ao desenvolvimento local, etc. No entanto, a emancipação por si só historicamente não tem garantido no Brasil melhores condições de desenvolvimento. Mecanismos de desenvolvimento socioterritorial concretizam-se a partir de uma série de fatores de ordem política, econômica e social.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, R. B. A. *Descentralização, desenvolvimento local e crise da federação no Brasil*. Santiago, 2000.
- CASTRO, I. E.. Solidariedade territorial e representação. *Novas questões para o pacto federativo nacional. Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 33-42, 1996.
- CIGOLINI, A. A.. Território e Fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. *RA EGA (UFPR)*, Curitiba, v. 05, ano I, p. 47-67, 2001.
- FONSECA, A. A. M. *Instituição e Desenvolvimento Territorial: o desempenho municipal após o processo de descentralização*. 1. Ed, 2005a.
- FONSECA, A. A. M. . Localismo e território diante das dinâmicas globais. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, p. 15-25, 2005b.
- FONSECA, A. A. M. ; SILVA, O. R. ; VIEIRA, V. S. . Gênese e dinâmica do município de Luis Eduardo Magalhães/Bahia. In: Antonio Angelo Martins da Fonseca; Cristóvão Brito; Renato Leone Miranda Léda. (Org.). *Dinâmica da Reestruturação do espaço local e regional no Estado da Bahia*. 2010, v. 1
- IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Brasil*. Rio de Janeiro, RJ 2011.
- NORONHA, R. de. *Emancipação municipal: transformações espaciais da divisão político administrativa do território fluminense*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997
- OLIVEIRA, Maria Dalva Carneiro de. *Implicações espaciais do processo de emancipação política no município de Riachão do Jacuípe-Ba*. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2009.
- KRELL, Andreas Joachim. *Autonomia municipal na Alemanha e no Brasil*. Anuário dos Cursos de Pós-Graduação em Direito. Recife, n.º 7, 1995.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatística dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2011.v. 21.